



Governador Pedro de Toledo

Pedro Manuel de Toledo nasceu em São Paulo, em 1860. Sua família possuía enorme tradição política. Seu tio, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, exerceu importantes cargos no governo de D Pedro II, tendo chefiado o último Conselho de Ministros do Império, em 1889.

Advogado, estudou nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, por onde se diplomou em 1884. Era maçom e participou do movimento republicano. Com a proclamação da República, em 1889, assumiu interinamente o cargo de chefe de polícia em São Paulo. Ainda nos primeiros anos do novo regime, colaborou no combate à Revolução Federalista, desencadeada no sul do país contra o governo do presidente Floriano Peixoto, sendo agraciado, por conta disso, com a patente de coronel da Guarda Nacional.

Em 1895, elegeu-se deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Afastado por alguns anos da vida política, em 1905 voltou ao Legislativo paulista, reelegendo-se dois anos depois. De 1908 a 1913, exerceu também o cargo de grão-mestre do Oriente maçônico em São Paulo. Nesse período, em 1910, deu apoio à candidatura presidencial do marechal Hermes da Fonseca, contrariando a posição do PRP, que aderiu à campanha civilista de Rui Barbosa. Com a vitória de Hermes, foi nomeado ministro da Agricultura, cargo que exerceria até 1913. Entre os meses de janeiro e fevereiro de 1912, acumulou interinamente aquela pasta com a de Viação e Obras Públicas.

Em maio de 1914 iniciou longa carreira diplomática, que o levou à chefia das embaixadas brasileiras na Itália (1914-1917), Espanha (1917-1919) e Argentina (1919-1926). Nesse último país, concedeu tratamento cordial aos exilados que

havia participado das rebeliões tenentistas de 1924, o que lhe valeu a antipatia do presidente Artur Bernardes, que acabou afastando-o do cargo. Voltou, então, ao Brasil e afastou-se da vida política.

Em 1930, com a vitória do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder, a política paulista entrou em longa fase de turbulências. O Partido Democrático (PD), que apoiara Vargas, manifestou-se contrário à indicação dos tenentes João Alberto para a interventoria federal em São Paulo e Miguel Costa para o comando da Força Pública do estado. Ambos eram incentivadores da Legião Revolucionária (LR), agremiação voltada para a mobilização popular e hostil às antigas forças políticas paulistas. Mesmo após a demissão de João Alberto, a situação manteve-se tensa, já que os interventores seguintes, Laudo de Camargo e Manuel Rabelo, não conseguiram promover um acordo entre as facções em luta e permaneceram pouco tempo no cargo. Em fevereiro de 1932, o PD rompeu definitivamente com Vargas e aliou-se com o PRP - principal polo de poder político do país até a Revolução de 1930 - formando a Frente Única Paulista (FUP). A Frente organizou-se com base em duas bandeiras principais: a defesa da autonomia estadual e a volta do país ao regime constitucional.

Nesse mesmo mês, Vargas recuou e anunciou a criação do novo Código Eleitoral, primeiro passo para a reconstitucionalização. No mês seguinte, Pedro de Toledo foi nomeado interventor pelo governo federal. Figura relativamente distante da luta que até então se travara no estado, Toledo, a princípio, montou seu secretariado buscando um compromisso entre os contendores. No mês de maio, porém, reformulou o secretariado, que passou a se apoiar em elementos da FUP. A conspiração entre os paulistas contra o governo central se acelerou e, em julho, um movimento armado irrompeu no estado em defesa da constitucionalização. Pedro de Toledo, após certa indecisão, acabou aceitando o convite dos líderes rebeldes para assumir a chefia civil do movimento, tendo sido declarado governador do estado. A chefia militar, por seu turno, ficava a cargo de Bertoldo Klinger.

Sem a esperada adesão das forças políticas dominantes nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o movimento fracassou, após quase três meses de luta. Nem mesmo a intensa mobilização das diversas camadas sociais de São Paulo em apoio à rebelião foi capaz de levá-la à vitória. Em outubro de 1932, com a rendição dos paulistas, Pedro de Toledo foi imediatamente afastado do governo e encarcerado junto a outros líderes constitucionalistas. Em seguida, exilou-se em Portugal, só retornando ao Brasil em julho de 1934, com a promulgação da nova Constituição.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1935.

São Paulo – Junho 2015